



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Kunrath Silva, Marcelo

De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente

Ciências Sociais Unisinos, vol. 46, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 2-9

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93820632002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente¹

Back to social movements? Comments from the recent Brazilian literature

Marcelo Kunrath Silva²
mksilva@ufrgs.br

Resumo

Nos últimos anos, observa-se nas ciências sociais brasileiras uma aparente ruptura com a trajetória de refluxo nos estudos sobre movimentos sociais, a partir de um incremento das publicações voltadas ao tema. Em especial, um número significativo de revistas científicas nacionais dedicou recentemente edições a esse tema. Estas publicações parecem indicar uma retomada e revalorização dos estudos sobre movimentos sociais e, mais amplamente, sobre os processos de organização e mobilização social. Diante de tal panorama, o objetivo deste artigo é mapear as perspectivas teórico-epistemológicas que caracterizam esta literatura recente, de forma a identificar as abordagens presentes e, eventualmente, em disputa no atual campo de pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil. De igual modo, pretende-se identificar os temas tratados por essa literatura, os quais comporiam a atual agenda de pesquisa do campo das Ciências Sociais. Por fim, o artigo problematiza alguns aspectos dessa literatura e aponta para a ausência de temas que deveriam integrar a agenda de pesquisa da área.

Palavras-chave: movimentos sociais, ação coletiva, associativismo, contentious politics, sociedade civil.

Abstract

In recent years, it is observed in Brazilian social sciences an apparent break with the trend of reflux in studies of social movements, from an increase in publications geared to the theme. In particular, a significant number of scientific journals recently devoted issues to this topic. These publications seem to indicate a resumption as well as a recovery of studies on social movements, and, more broadly, on the processes of organization and social mobilization. In response to this recovery, the goal of this paper is to map the theoretical and epistemological perspectives that characterize this recent literature by means of identifying the present approaches, and, eventually, those in dispute in the current field of research on social movements in Brazil. In addition, the article aims to identify the issues raised by this literature which would form the current research agenda in the field of Social Sciences. Finally, the article raises questions about some aspects of this literature, and points out the lack of issues that should be part of the research agenda.

Key words: social movements, collective action, associativism, contentious politics, civil society.

¹ Este artigo é resultado de um processo de discussão coletiva realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa *Associativismo, Contestação e Engajamento*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Participaram deste processo e, assim, contribuíram para a produção deste artigo os seguintes componentes do Grupo: Ana Marcela Valenzuela Sarria, André Aloísio Mombach, Antônio João Ferreira de Lima, Bianca de Oliveira Ruskowski, Carlos José Naujorks, Cláudia Tirelli, Gabrielle Oliveira de Araújo, Gerson de Lima Oliveira, Guilherme de Queiroz Stein, Gustavo Coelho Farias, Leonardo Rafael Santos Leitão, Márcia Alves, Márcio Barcelos e Rui Zanata Junior. Para maiores informações sobre o Grupo acesse: www6.ufrgs.br/ifch/acao coletiva/blog/.

² Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43311/sala 103, IFCH/UFRGS, 91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

Nas duas últimas décadas, no Brasil, observa-se uma situação aparentemente paradoxal: de um lado, em função da intensa mobilização de atores sociais e da significativa expansão de espaços institucionais abertos à participação destes atores, identifica-se uma valorização da atuação da sociedade civil não só para a consolidação da democracia e a efetivação da cidadania, mas também para o desenvolvimento, o combate à violência, o enfrentamento da pobreza, entre outros aspectos; de outro lado, no mesmo período, as ciências sociais brasileiras apresentam uma diminuição dos esforços analíticos orientados ao estudo dos processos de construção e atuação dos atores constitutivos desta sociedade civil, que, assim, tende a aparecer como um dado naturalizado, homogêneo, imutável e, em geral, positivo da realidade social. Esta diminuição é claramente observável quando se compara o espaço dedicado às investigações sobre movimentos sociais na literatura e nos eventos acadêmicos do período com o espaço ocupado por este tema na década de 1980 e nos eventos acadêmicos do período.

Em virtude dessa trajetória, que enfatizou mais a função (positiva) da sociedade civil do que a constituição dos atores que a conformam, as ciências sociais brasileiras, em grande medida, se descolaram dos debates internacionais, os quais buscavam desenvolver instrumentos analíticos mais consistentes para o estudo dos processos de associação, mobilização e, em certos casos, contestação política presentes em âmbito societário. Tal descolamento torna-se evidente quando se identifica a pouca penetração nas ciências sociais brasileiras dos estudos sobre o militância (Fillieule, 2001; Gaxie, 1977, 2005), sobre dinâmicas e sentidos do associativismo (Edwards *et al.*, 2001; Putnam, 2002; Skocpol e Fiorina, 1999) ou sobre a política contestatária (McAdam *et al.*, 1999; McAdam *et al.*, 2001; Tarrow, 2009; Tilly e Tarrow, 2007), os quais ocupam posição de centralidade nas agendas de pesquisa internacional.

Por outro lado, os significativos acúmulos realizados pelos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, exemplificado em investigações de grande qualidade como as de Boschi (1987), Sader (1988) e Doimo (1995), acabaram sem a devida continuidade. Deixou-se, dessa forma, de constituir um campo de pesquisa articulado que desenvolvesse as férteis elaborações e *insights* daqueles autores. Estes, mesmo citados intensamente pela literatura posterior, tiveram seus argumentos e conceitos pouco incorporados como referências analíticas pelas gerações de pesquisadores que lhes sucederam.

Recentemente, no entanto, observa-se uma aparente ruptura nessa trajetória, com um incremento das publicações voltadas ao tema dos movimentos sociais. Nos últimos anos, um número significativo de revistas científicas nacionais dedicou edições a esse tema, com destaque para: *Sociedade e Estado* (2006); *Estudos Históricos* (2008); *Caderno CRH* (2008); *Lua Nova* (2009). Estas publicações parecem indicar uma retomada e revalorização dos estudos sobre movimentos sociais e, mais amplamente, sobre os processos de organização e mobilização social.

Diante disso, o objetivo deste artigo é, em primeiro lugar, mapear as perspectivas teórico-epistemológicas que caracterizam essa recente literatura, de forma a identificar as abordagens presentes e, eventualmente, em disputa no atual campo de pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil. Em segundo lugar, o artigo tem por finalidade identificar os temas tratados pela literatura, compondo a atual agenda de pesquisa deste campo. Por fim, problematizam-se aspectos desta literatura, indicando a ausência de temas que deveriam integrar a agenda de pesquisa.

Este artigo, contudo, não pretende abordar e explorar com detalhamento e profundidade todos os artigos que integram a literatura analisada. Ao contrário, a finalidade é apresentar uma visão do conjunto, sintetizando seus elementos mais marcantes. Nesse sentido, as considerações genéricas feitas ao longo do artigo podem desconsiderar especificidades importantes do material abordado, simplificando e, no limite, caricaturizando seus argumentos. Para evitar estes riscos inerentes a um enfoque sintético, sugere-se aos leitores a leitura da íntegra dos trabalhos que foram objeto deste estudo.

Engajamento e distanciamento na literatura analisada

A literatura sobre movimentos sociais no Brasil teve – e ainda tem – como importante característica o seu engajamento; ou seja, tende a ser uma literatura voltada, em grande medida, não só à análise de seus objetos de pesquisa, mas também à defesa de determinadas posições político-organizativas e dos movimentos que as encarnam. Esta característica trouxe importantes desdobramentos para o campo de estudos sobre movimentos sociais feitos no país, os quais, em maior ou menor grau, se refletem na literatura contemporânea.

Desse modo, o primeiro aspecto a ser destacado é a forte presença de um enfoque normativo nessa literatura. Isto significa que uma parcela significativa dos trabalhos que a integram adota determinados pressupostos normativos que definem como “deve ser” o objeto de sua análise (por exemplo, a forma de organização, a relação com o Estado, os objetivos da ação etc.) e, a partir desses pressupostos, avalia a atuação dos atores empíricos.

Como desdobramento dessa normatividade, uma segunda característica presente em parte dessa literatura é o seu caráter prescritivo: alguns analistas tendem a assumir o papel de propositores de formas de organização e atuação dos movimentos sociais a partir de determinados princípios considerados corretos, justos e/ou eficazes.

Por fim, um terceiro desdobramento do engajamento e da normatividade é a restrição do campo de estudos a um conjunto de organizações e movimentos que, em maior ou menor grau, compartilham determinados princípios político-organizativos adotados e defendidos pelos pesquisadores. Exclui-se, assim, a análise rigorosa de uma ampla gama de atores sociais cujas formas e/ou objetivos de ação confrontam aqueles princípios (por exemplo: as formas organizativas construídas por segmentos

das elites brasileiras ou o associativismo fundado em relações de clientela). Tais atores tendem a ser simplesmente desconsiderados ou "condenados" (como tradicionais, clientelistas, conservadores, autoritários etc.), sem que haja uma preocupação efetiva de análise dos mesmos.

Assim, de forma geral, pode-se destacar a continuidade de uma perspectiva normativa na literatura recente sobre movimentos sociais no Brasil, a qual se mostra concentrada principalmente no debate sobre o papel e as formas de atuação que estes movimentos devem assumir, dedicando muito menos esforços à construção de modelos analíticos que identifiquem os mecanismos e expliquem os processos organizativos por meio dos quais tais movimentos se constituem e se transformam.

Paralelamente a esses estudos de caráter mais normativo, observa-se, na literatura analisada, a presença de outra perspectiva de pesquisa, em geral desenvolvida por historiadores, que se volta fundamentalmente a um estudo descritivo dos movimentos sociais. Estes trabalhos tendem a ser marcados por uma significativa ausência de referenciais teóricos claramente construídos, concentrando-se basicamente na reconstrução factual dos processos pesquisados.

Essa falta de articulação entre a análise histórica e o debate teórico, que também se expressa na falta de uma perspectiva diacrônica de longo prazo na quase totalidade dos estudos realizados pelos cientistas sociais, indica um obstáculo epistemológico constituído pela divisão do trabalho entre as disciplinas científicas, que bloqueia um diálogo necessário e fértil para o desenvolvimento desse campo de pesquisas.

Em terceiro lugar, diferenciando-se das perspectivas precedentes, nessa literatura encontram-se recentes estudos que se afastam das abordagens normativas e descritivas, buscando desenvolver e/ou empregar modelos analíticos e metodológicos que instrumentalizem um tratamento mais complexo e sistemático acerca das dinâmicas organizativas dos atores sociais. Em particular, destaca-se o crescente diálogo com a literatura da *contentious politics* e a mobilização de conceitos formulados pelos autores desta literatura para o estudo de movimentos e organizações sociais no Brasil.

Um diferencial central dessa perspectiva, em termos epistemológicos, é a tentativa de construção de modelos explicativos que, de um lado, sejam capazes de identificar e analisar os mecanismos causais que operam na construção e na atuação de diferentes formas de ação coletiva conflitiva e, de outro, sejam abstratos o bastante para possibilitarem a incorporação de elementos contextuais que impedem a mera generalização das explicações elaboradas a partir de processos históricos específicos.

Abordagens teóricas em disputa?

Uma característica da literatura analisada é a ausência de um debate teórico comum que articule o conjunto da produção em torno de um campo compartilhado de discussões. Ao contrário, a segmentação teórica e a falta de interlocução parece ser uma tendência marcante.

Em linhas gerais, podem ser identificadas três grandes abordagens teóricas na literatura analisada. Em primeiro lugar, em linha de continuidade com a literatura da segunda metade dos anos 1980 (em especial, Scherer-Warren e Krischke, 1987), observa-se uma influência marcante da denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Autores como Touraine, Habermas e Melucci são referências importantes em diversos artigos. Como o esperado, os trabalhos que seguem esta abordagem tendem a conferir grande centralidade à identidade como conceito-chave para análise dos movimentos sociais, apesar de haver uma certa fragilidade no desenvolvimento de um modelo analítico consistente sobre os processos de identificação subjacentes às ações coletivas.

Em segundo lugar, observa-se a presença de uma abordagem marxista-estrutural³, cujo foco central é explorar os efeitos (ou potenciais) dos movimentos sociais na geração de mudanças sociais e políticas de nível macro. Nessa abordagem, a explicação da constituição destes atores coletivos tende a ser secundarizada, na medida em que ela é abordada como uma decorrência mais ou menos imediata de determinados macroprocessos (por exemplo, a reestruturação do capitalismo, a emergência do neoliberalismo etc.). Além disso, esta abordagem tende a conferir centralidade às classes sociais e ao conflito de classes como dimensões estruturadoras, tanto dos processos empíricos, quanto do enquadramento explicativo dos mesmos.

Um aspecto interessante observado na literatura é que, apesar das importantes diferenças teóricas entre a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a abordagem marxista-estrutural, o fato de os autores filiados às duas abordagens compartilharem uma forte carga normativa, enfatizando a importância dos movimentos sociais na produção de transformações sociopolíticas almeçadas pelos autores, os aproxima e gera trânsitos teóricos que obscurecem as significativas divergências entre suas abordagens.⁴

Outra abordagem que muito recentemente passa a ganhar espaço no campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil é a *contentious politics*, destacada anteriormente. Tendo conquistado uma posição de certa hegemonia no debate internacional na última década, essa abordagem é introduzida no país, e os conceitos constitutivos do seu modelo analítico (em especial, os conceitos

³ Não foi observada a presença do chamado "marxismo heterodoxo" ou "marxismo inglês" como abordagem teórica de referência na literatura analisada. Esta abordagem, especialmente a partir dos trabalhos do historiador inglês Edward P. Thompson, teve uma influência marcante nas pesquisas sobre movimentos sociais e operários no Brasil, na década de 1980.

⁴ Processo semelhante pode ser identificado no campo de discussões sobre sociedade civil, no qual autores que adotam uma abordagem gramsciana e autores que adotam uma abordagem habermasiana tendem a secundarizar as significativas divergências e, mesmo, incompatibilidades entre estas abordagens em função do compartilhamento de determinados princípios normativos.

de Estrutura de Oportunidades Políticas, de Repertórios de Ação e de Ciclos de Protesto) começam a ser mobilizados para a interpretação de diferentes processos organizativos e de contestação.

Por fim, identificam-se também trabalhos que se ancoram em abordagens de caráter hermenêutico-fenomenológicas, enfatizando a importância da compreensão dos processos de atribuição de sentido realizados pelos atores sociais como recurso analítico fundamental para a qualificação das interpretações elaboradas pelos pesquisadores e, ao mesmo tempo, como instrumento de problematização de pressupostos teóricos e/ou normativos naturalizados.

Conforme observado nesta rápida e simplificada síntese, um grande desafio que se coloca para esse campo de estudos, em termos teóricos, é construir um efetivo diálogo entre estes modelos analíticos, de forma a identificar as divergências e produzir eventuais convergências que superem a atual fragmentação. Nesse sentido, o projeto da *contentious politics* cuja meta é construir uma abordagem que incorpore e, especialmente, articule conceitos que possibilitem apreender analiticamente a complexidade da constituição e atuação dos atores coletivos (no caso, contestadores) aparece como um caminho promissor e, também, desafiador.

Ao mesmo tempo, o tensionamento que esta abordagem gera ao deslocar a centralidade do debate normativo para um debate sobre modelos explicativos (e, em especial, dos mecanismos causais dos processos de organização, mobilização e contestação) aponta uma perspectiva promissora, tanto para a qualificação do campo de estudos sobre processos associativos quanto para sua valorização enquanto temática relevante dentro do campo mais geral das ciências sociais.

Em busca de uma agenda de pesquisa

Da mesma forma como foi observado na análise das abordagens teóricas, a agenda de pesquisa expressa pela literatura analisada também se caracteriza por uma significativa fragmentação e dispersão. Tais características derivam, em grande medida, da ausência de uma real interlocução entre pesquisadores articulados em torno de uma pauta de questões de pesquisa compartilhada.

Apesar dessa lacuna em termos de uma efetiva agenda comum de pesquisa, alguns temas se destacam na literatura analisada, seja por sua presença, seja, ao contrário, por sua ausência. Entre estes, a relação entre os atores sociais e o campo político-institucional assume particular relevância. Tal tema, na verdade, teve uma posição central na literatura dos movimentos sociais dos anos 1980, a partir da contraposição teórica entre autonomia e institucionalização. Refletindo o contexto político (repressivo) do período e, também, as adesões teórico-normativas dos autores, tendia-se a uma abordagem dicotômica que não só desconectava a análise do processo associativo da estrutura e dinâmica político-institucional, mas também definia a relação conflitiva como padrão correto para a eficácia e garantia da autonomia dos atores sociais frente aos atores e instituições

político-administrativas. Uma das poucas e qualificadas exceções a essa tendência foi o trabalho de Boschi (1987), o qual explorava analítica e empiricamente as interdependências entre o processo de "organização de base" e a "transição pelo alto" que marcaram a redemocratização brasileira.

Esse tema é retomado pela literatura analisada, com continuidades e rupturas em relação à trajetória precedente. De um lado, na linha da continuidade, alguns artigos enfatizam o tema da autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado não só como uma constatação empírica, mas também como uma característica a ser defendida pelos movimentos e, também, pelo pesquisador. Esta característica é que possibilitaria aos movimentos exercerem as funções democratizantes e/ou transformadoras que lhes são normativamente atribuídas pelas abordagens adotadas pelos autores.

No entanto, apesar dessa ênfase na autonomia, esta não chega, em geral, a ser definida de forma mais precisa nem analisada com maior profundidade. Identifica-se, antes, uma afirmação normativa da sua importância. Assim, esses autores parecem oscilar entre uma concepção de autonomia como ausência de relação e uma concepção de autonomia como uma relação marcada fundamentalmente pela interação conflitiva. Tal abordagem mostra-se, no entanto, pouco instrumentalizada para analisar as complexas relações que os atores sociais estabelecem com os atores e instituições políticas no Brasil e, mais amplamente, na América Latina, que diluem, muitas vezes, as próprias fronteiras definidas/defendidas conceitual e normativamente.

De outro lado, na linha da ruptura, encontra-se a abordagem da *contentious politics*. Tendo como uma de suas origens a denominada Teoria do Processo Político (McAdam, 1997; Tarrow, 2009), que marcou os estudos dos movimentos sociais nos Estados Unidos nos anos 1970/1980, esta abordagem tem como um de seus argumentos fundamentais a indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política que se desenvolve por fora das (e, por vezes, contra as) instituições. Assim, os autores da *contentious politics* enfatizam a necessidade de analisar as interdependências entre os repertórios de ação desenvolvidos pelos atores contestadores e as oportunidades e ameaças institucionalmente estabelecidas, rejeitando a possibilidade de uma efetiva explicação daqueles repertórios sem situá-los no interior da configuração político-institucional da qual se originam.

Além dessa ênfase na análise relacional, uma problematização mais profunda colocada pela abordagem da *contentious politics* se refere ao questionamento da existência de uma lógica ou racionalidade específica guiando e distinguindo a atuação dos movimentos sociais em relação aos atores da política institucional. Surgindo como uma síntese de correntes críticas à tradição funcionalista, que estabelecia uma separação maniqueísta entre a ação dos movimentos sociais (marcada pela irracionalidade, violência e heteronomia) e a ação dos atores da política institucional (marcada pela racionalidade, civilidade e autonomia), a abordagem da *contentious politics* salienta uma continuidade entre essas duas formas de ação política. Como sintetiza McAdam (1997, p. 173), os movimentos sociais deveriam ser vistos como

"tentativas racionais dos grupos excluídos mobilizarem suficiente influência, para alcançarem interesses coletivos, através de meios não institucionalizados". Tal posição tende a confrontar o argumento introduzido no Brasil pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais, especialmente aquela influenciada pela obra de Habermas, a qual parte do pressuposto da existência de lógicas distintas e incompatíveis, orientando a ação dos atores do sistema político-administrativo e dos movimentos sociais originadas no/do mundo da vida.

A abordagem da *contentious politics* parece, assim, oferecer um instrumental analítico fértil para superar abordagens dicotômicas e maniqueístas que marcaram os estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil, apreendendo e explicando as interpenetrações e trânsitos intensos entre o tecido associativo e a política institucional no Brasil e, também, na América Latina.⁵

Diferentemente do tema das relações entre movimentos sociais e instituições, o tema das relações entre diferentes repertórios de ação é algo pouco explorado pela literatura analisada. Em função dessa lacuna, diversos elementos deixam de ser abordados com a devida profundidade. Entre esses, destaca-se a carência de estudos sobre as relações entre os repertórios de ação extremamente heterogêneos que são constitutivos da sociedade civil em cada conjuntura, conformando um campo multiorganizacional marcado por disputas e alianças cuja compreensão é fundamental para a explicação da dinâmica associativa⁶. Assim, observa-se na literatura uma preocupação maior com a defesa ou condenação de determinados repertórios de ação dos atores sociais e/ou suas mudanças ao longo do tempo (por exemplo, o declínio dos repertórios movimentistas e a ascensão das organizações não governamentais), sem que haja um esforço efetivo de explicar tais mudanças e suas implicações em termos da reconfiguração do tecido associativo.

Outro elemento pouco abordado dentro desse tema é a diversidade de repertórios que os atores sociais desenvolvem, seja ao longo do tempo, seja em cada momento específico. A ênfase normativa no conflito faz com que se perca de vista o fato de que mesmo atores aos quais a imagem conflitiva é fortemente associada (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) dediquem tempo e recursos significativos para desenvolver e sustentar cotidianamente outras formas de ação nas quais o conflito não é uma característica constitutiva.

No que se refere a esta relação entre diferentes atores e seus distintos repertórios de organização e ação, a abordagem da

contentious politics apresenta algumas limitações importantes. Mesmo não estando marcada pelo viés normativo, essa abordagem define um recorte de objeto que dificulta a análise das relações entre repertórios de ação conflitivos e não conflitivos. Sua opção deliberada por focar os primeiros acaba limitando um tratamento mais qualificado daquelas relações e, especialmente, dos trânsitos que se produzem entre um e outro ao longo do tempo. Torna-se necessário, assim, desenvolver instrumentos analíticos que possibilitem apreender a diversidade dos processos associativos e, ao mesmo tempo, explorar as especificidades dos distintos repertórios de ação que conformam o campo multiorganizacional da sociedade civil.

Outro tema a ser destacado para construção de uma agenda de pesquisa comum sobre movimentos sociais e, mais amplamente, sobre os processos associativos, refere-se à espacialidade de tais processos. Seguindo a tendência predominante de circunscrever os processos sociais analisados às fronteiras dos Estados nacionais, o campo de estudos dos movimentos sociais tende a ter o nacional (e, muitas vezes, o regional/local) como a espacialidade limítrofe dos fenômenos pesquisados.

Apesar desse predomínio, podem ser identificados na literatura abordada um crescente interesse pelas conexões e interrelações dos atores sociais nacionais com processos de organização e contestação inter ou transnacional. Nesse sentido, a discussão sobre a construção de vínculos e o desenvolvimento de ações articuladas entre atores situados em diferentes países, construindo redes e, no limite, movimentos que transcendem as fronteiras nacionais, ganham espaço na literatura nacional, em sintonia com um debate que marca a literatura internacional. No entanto, ainda são pouco explorados os processos por meio dos quais as agendas, recursos e ações de atores e instituições externas repercutem sobre os atores nacionais/locais e vice-versa.

O tema das redes também ganha centralidade nessa literatura recente, em parte por ser um conceito mobilizado para pensar aquelas novas espacialidades da atuação dos atores sociais que transcendem os marcos do Estado Nação. No entanto, a ideia de organização em rede, enquanto uma proposta específica de organização que se diferencia de formas hierárquicas e/ou burocratizadas, parece ser o foco central dos autores que utilizam o conceito de rede na literatura analisada. Nesse sentido, a organização em rede passa a ser prescrita como uma forma de organização capaz de conferir maior eficácia aos movimentos sociais, na medida em que se apresenta como a forma mais adequada a um contexto no qual as possibilidades de comunicação e articulação se ampliam (atingindo, no limite, a escala planetária).

⁵ Para críticas recentes às abordagens dicotômicas e maniqueístas, ver: Côrtes e Silva (2009); Dagnino (2002); Dagnino *et al.* (2006); Lavalley (2003) e Silva (2006, 2007).

⁶ Como salienta Klandermans (1992, p. 92), "Organizações de movimentos, assim como quaisquer outras, estão inseridas em um campo multiorganizacional, que nós podemos definir como o número total de organizações com que a organização do movimento pode estabelecer determinados vínculos. Até recentemente, a literatura enfocou basicamente o suporte que uma organização de movimento recebe de setores do campo multiorganizacional e, surpreendentemente, abordou pouco o fato de que o campo multiorganizacional não precisa ser necessariamente apoiador do movimento. Opositores, de fato, sempre constituem uma parte do campo multiorganizacional de uma organização de movimento". Para uma análise nesta linha, apesar de não utilizar este referencial teórico, ver Grynszpan (2004).

Tal entendimento e emprego prescritivo do conceito de rede na literatura nacional (e, também, latino-americana) tende a diferenciar-se da forma como este conceito é empregado na literatura norte-americana e europeia sobre movimentos sociais, na qual possui centralidade como recurso teórico e metodológico (Diani e McAdam, 2003). Em especial, o conceito de redes é utilizado para analisar os denominados processos de "micromobilização", ou seja, os microprocessos por meio dos quais os indivíduos são socializados em uma determinada cultura associativa e mobilizados a partir de suas inserções em redes de sociabilidade cotidiana (Foweraker, 1995). Além disso, o conceito de redes é empregado para operacionalizar o estudo dos processos de identificação, tão destacados pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que tenderiam a ocorrer no cruzamento entre as redes interpessoais nas quais os indivíduos estão inseridos e as redes organizativas que buscam recrutá-los e mobilizá-los (Mische, 1997). Em nível macro, a abordagem teórico-metodológica de redes instrumentaliza a análise dos processos de articulação e mobilização em escala global.

A relação entre partidos políticos e associativismo é outro tema pouco abordado na literatura analisada, e isso constitui um aparente paradoxo frente ao amplo reconhecimento e discussão desta relação no debate social e político nacional. A desconsideração desse tema, em parte, pode ser decorrência da separação analítica e normativa entre atores da sociedade civil e atores da política institucional, destacada anteriormente como uma característica importante de grande parte dos estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil.

Contestando tal separação e colocando-se como um instrumento teórico-metodológico fértil para analisar os entrecruzamentos e interdependências entre diferentes formas de engajamento está o argumento de Anne Mische sobre a "militância múltipla" como um padrão que caracteriza os militantes brasileiros, os quais combinam diacrônica e sincronicamente diferentes inserções institucionais (grupos religiosos, entidades sociais, movimentos, partidos, governos, fóruns institucionais etc.), nublando e, no limite, diluindo as fronteiras entre as mesmas.

Particularmente no caso brasileiro, no qual a política partidária tende a penetrar praticamente todas as formas de associativismo – seja nos repertórios mais tradicionais, seja naqueles repertórios mais inovadores –, um tratamento qualificado dessas relações coloca-se como uma demanda imprescindível para uma efetiva compreensão das dinâmicas associativas.

Outro tema presente na literatura que parece merecer uma reflexão e um tratamento analítico mais elaborado é a relação entre classe e processos associativos. De um lado, parte da literatura reproduz a visão presente na abordagem marxista clássica, segundo a qual a classe constitui a referência central do processo de organização social, e os movimentos sociais abordados são entendidos fundamentalmente como expressões do conflito de classes. De outro lado, trazendo as problematizações presentes tanto na Teoria dos Novos Movimentos Sociais quanto na literatura da *contentious politics*, autores destacam outras dimensões (gênero, raça, geração etc.) como bases de identificação e mobilização dos indivíduos, questionando a centralidade e,

mesmo, a relevância da classe como fundamento dos processos de organização e contestação.

Aqui parece colocar-se a necessidade de uma postura que evite um posicionamento a priori sobre a relação entre classe e associativismo, tanto no sentido de afirmar sua importância quanto no de defender sua irrelevância. Em um contexto social marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e altos níveis de carências, o descarte da posição de classe como elemento relevante para a construção de identidades e a organização social é uma posição inadequada e dificilmente defensável em termos teóricos e empíricos. Ao mesmo tempo, tomar a identidade de classe como um dado e o conflito de classe cuja definição assume uma posição de centralidade e até mesmo de exclusividade na motivação para o agir coletivo impede de apreender a complexidade da vida associativa e dos fundamentos potenciais dos processos de identificação e mobilização coletiva.

Expressando, em certa medida, a diminuição da ênfase na classe como fundamento de processos organizativos na sociedade civil, observa-se que o tema do sindicalismo e/ou do movimento de trabalhadores apresenta uma presença modesta na literatura analisada. Em contraste com a importância desse tema na literatura de movimentos sociais dos anos 1980, a literatura recente tende a ser bem menos expressiva. Com isso, corre-se o risco de secundarizar um campo organizativo que possui uma posição central na estruturação do tecido associativo no Brasil, com recursos e influência praticamente sem paralelo entre outras organizações sociais.

As dinâmicas associativas entre os indivíduos e grupos que ocupam as posições superiores no espaço social é outro tema praticamente desconsiderado pela literatura analisada. Na medida em que esta tende a concentrar-se na organização e mobilização contestatória dos segmentos subalternos, produz-se uma lacuna em termos de estudos que permitam compreender como os segmentos dominantes constroem suas organizações e atuam social e politicamente. Como decorrência, um amplo segmento do universo associativo (Rotary, Lions, maçonaria, entidades empresariais, associativismo de classe média etc.) é praticamente ignorado e pouco se sabe sobre o papel dessas organizações na reprodução das desigualdades e hierarquias da sociedade brasileira.

Por fim, um último tema que se destaca pela escassa presença entre a literatura analisada é o da relação entre o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e os processos organizativos. Por um lado, alguns trabalhos abordam as novas possibilidades de contato e articulação viabilizadas pelas novas tecnologias, destacando as oportunidades potenciais que elas colocam para os atores sociais. Por outro lado, está praticamente ausente a reflexão e pesquisa sobre o ciberespaço enquanto um novo espaço para o ativismo.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo, primeiramente, registrar e saudar a aparente retomada dos estudos sobre movimentos sociais pelas ciências sociais brasileiras. Essa retomada, por um lado,

coloca-se como um processo fundamental no desenvolvimento de instrumentos teórico-metodológicos mais qualificados para a investigação de uma vida associativa cada vez mais densa e complexa. Por outro lado, apresenta-se como uma oportunidade de superação do significativo hiato entre os debates nacional e internacional, possibilitando a inserção mais protagonista dos pesquisadores brasileiros neste último, a partir da combinação entre a incorporação do debate internacional e a problematização e formulação teórica fundada nas especificidades dos processos analisados.

Em segundo lugar, no entanto, este artigo insere-se criticamente nesse processo de retomada, posicionando-se frente a algumas tendências ilustradas pela literatura analisada, destacando tanto os aspectos que parecem pouco férteis para o desenvolvimento desse campo de pesquisa quanto as alternativas promissoras para tal desenvolvimento.

Em linhas gerais, o principal questionamento, tal como expresso no título, é justamente se o caminho mais promissor seria aquele de uma mera "volta aos movimentos sociais", no sentido de um retorno e uma continuidade da agenda de pesquisa que teve seu ápice na década de 1980. Tal caminho é examinado por desconsiderar uma série de fragilidades daquela agenda, as quais, em parte, foram responsáveis pelo declínio da mesma na década seguinte. Sustenta-se, assim, a necessidade de que essa retomada seja também um processo de renovação desse campo de investigação, que recupere a importância acadêmica do tema dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, insira-o no interior de uma agenda de pesquisa mais ampla, capaz de assumir vários aspectos para os quais a literatura de movimentos sociais (e, também, a de sociedade civil) mostrou-se insuficientemente instrumentalizada.

Nesse sentido, por exemplo, devido à diversidade do tecido associativo brasileiro, entende-se que o conceito de movimento social (e, mesmo, o de *contentious politics*) não pode ser o conceito central na demarcação desse campo de pesquisa, na medida em que existem diversas formas de ação coletiva que não necessariamente culminam em mobilizações contestórias, ainda que tal forma de atuação eventualmente constitua um repertório de ação disponível. Assim, entende-se que os conceitos de dinâmicas associativas, processos organizativos e engajamento têm uma amplitude heurística mais adequada para os estudos contemporâneos, abarcando os conceitos de movimentos sociais e de confronto político e relacionando-os com outros repertórios de ação coletiva.

O problema central para que esta retomada dos estudos e publicações sobre movimentos sociais avance no sentido proposto neste artigo é, conforme observado na literatura analisada, a profunda fragmentação desse campo em termos epistemológico, teórico e temático. De fato, inexistente uma agenda de pesquisa comum articulando a produção nacional, que apenas se justapõe sem chegar a constituir um processo cumulativo de conhecimento empírico e elaboração teórica. Sem nenhuma pretensão de defender uma questionável e improvável unificação teórica ou temática, destaca-se que a falta de um campo de debate comum, no qual as divergências possam se expressar e, especialmente,

ser objeto de um diálogo voltado ao avanço do conhecimento, coloca-se como um grande desafio para que, mais do que uma volta, se construa no Brasil um verdadeiro campo de pesquisa sobre os processos de organização e mobilização social nas suas mais diversas expressões.

Referências

- BOSCHI, R.R. 1987. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 199 p.
- CADERNO CRH. 2008. Volume 21, número 54. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>, acesso em: 23/04/2010.
- CÔRTEZ, S.M.V.; SILVA, M.K. 2009. Sociedade civil, instituições e atores estatais: o que condiciona a ação de atores sociais em fóruns participativos? In: J.A.F. ALONSO; R. MAMMARELLA; T. BARCELLOS (orgs.), *Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, FEE, p. 397-421.
- DIANI, M.; McADAM, D. (eds.) 2003. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford, Oxford University Press, 355 p.
- DAGNINO, E. (org.) 2002. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 364 p.
- DAGNINO, E.; OLIVERA, A.; PANFICHI, A. (orgs.) 2006. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 501 p.
- DOIMO, A.M. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 353 p.
- EDWARDS, B.; FOLEY, M.W.; DIANI, M. (eds.) 2001. *Beyond Tocqueville: civil society and the social capital debate in comparative perspective*. Hanover, University Press of New England, 335 p.
- ESTUDOS HISTÓRICOS. 2008. Número 42. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/185>, acesso em: 23/04/2010.
- FLOWERAKER, J. 1995. *Theorizing social movements*. London, Pluto Press, 150 p.
- FILLIEULE, O. 2001. Propositions pour une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, 51(1-2):199-215.
- GAXIE, D. 1977. Économie des parties et rétributions du militantisme. *Revue française de science politique*, 27(1):123-154.
- GAXIE, D. 2005. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, 11(1):157-188.
- GRYNSZPAN, M. 2004. As favelas cariocas como espaço de disputas: poder público, terceiro setor, associação de moradores e tráfico de drogas. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, XXV, Las Vegas, 2004. *Anais...* Las Vegas, p. 1-22.
- KLANDERMANS, B. 1992. The social construction of protest and multi-organizational fields. In: A.D. MORRIS; C.M. MUELLER, *Frontiers in social movement theory*. Yale, Yale University, 382 p.
- LAVALLE, A.G. 2003. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, 66:91-109.
- LUA NOVA. 2009. Número 76. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-644520090001&lng=pt&nrn=iso, acesso em: 23/04/2010.
- McADAM, D. 1997. The Political Process Model. In: S. BUECHLER; K. CYLKE Jr. (eds.). *Social movements: perspectives and issues*. Mountain View, Mayfield, p. 172-192.
- McADAM, D.; MCCARTHY, J.D.; ZALD, M.N. (eds.) 1999. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid, Istmo, 528 p.

- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. 2001. *Dynamics of contention*. Cambridge, Cambridge University Press, 416 p.
- MISCHE, A. 1997. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, 5/6:134-150.
- PUTNAM, R.D. (ed.) 2002. *Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society*. Oxford, Oxford University Press, 526 p.
- SADER, E. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 329 p.
- SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P.J. (org.) 1987. *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 297 p.
- SILVA, M.K. 2006. Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, 8:156-179.
- SILVA, M.K. 2007. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: E. DAGNINO; L. TATAGIBA (orgs.), *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, Argos Editora Universitária, p. 477-497.
- SKOCPOL, T.; FIORINA, M.P. (eds.) 1999. *Civic engagement in American democracy*. Washington D.C./New York, Brookings Institution Press/Russel Sage Foundation, 548 p.
- SOCIEDADE E ESTADO. 2006. Volume 21, número 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-699220060001&lng=pt&nrn=iso, acesso em: 23/04/2010.
- TARROW, S. 2009. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes, 320 p.
- TILLY, C.; TARROW, S. 2007. *Contentious politics*. Boulder, Paradigm Publishers, 224 p.

Submissão: 29/01/2010
Aceite: 21/02/2010